

antes o negro e o mestiço eram vistos negativamente como entrave ao desenvolvimento nacional, pois portavam caracteres raciais "inferiores", na fase de grande preocupação intelectual culturalista, da qual Arthur Ramos é indubitavelmente o expoente máximo, o "mal", sendo localizado nos aspectos culturais e não raciais, poderia ser contornado e, então, a nação se redimiria do seu subdesenvolvimento e da degenerescência precoce de que falava Nina Rodrigues. Não houve preocupação em interpretar o processo de mudança que se esboçava na época, envolvendo especialmente os pólos dinâmicos da vida nacional, e por isso muitos dos intelectuais da época revelaram-se nitidamente conservadores. À luz dos trabalhos sociológicos sobre o elemento negro que floresceram no Brasil a partir da década de 50, podemos perceber que a focalização do negro como "problema social" e como expressão de estrutura nos leva a questões de extrema significação, impossíveis de serem apreendidas através da abordagem culturalista, porque se referem à mobilidade, competição, integração social, formação de ideologias etc.

Temos hoje também, à mão, abundante material sobre as culturas africanas, estudadas interpretativamente, do qual destacamos apenas a obra de Janheinz Jahn, **Muntu — las culturas neo-africanas**, a título de exemplo. Nela ganha realce a filosofia bantu, que predomina em quase todos os povos negros ao sul do Equador, porque ela constitui a argamassa para todas as facetas da vida dos negros dessa extensa área do continente africano; traz à luz a concernente visão do mundo, o significado das artes, da religião, o conteúdo da ética

social, etc. Essa filosofia repousa no princípio da "força vital", que anima todos os seres vivos e especialmente os homens, conferindo-lhes existência, vivência e poder; inclusive os antepassados possuem parte dessa força vital. A sociedade é composta de indivíduos vivos e mortos, entre os quais há um intercâmbio de serviços e de forças. Em consequência, encontramos um unitarismo tanto filosófico quanto ideológico e social, em que o sagrado e o profano identificam-se. Assim, toda obra de arte é operação mágica, toda operação técnica liga-se a ritos, etc. A religião é a aplicação prática da filosofia na vida diária; a força vital pode ser usada para aumentar ou debilitar outros seres ou coisas, daí a existência das práticas mágicas. Mas a feitiçaria só aparece depois do contato colonial, quando assume caráter reativo, à espera de condições para a reorganização da ação política, tanto que os movimentos contemporâneos pró-independência ou reconstituição das nações recém-independentes lançam combate incisivo sobre ela. Por isso observamos com certas reservas a classificação genérica dos africanos como fetichistas idólatras, que Arthur Ramos lhes confere, e a superficialidade no tratamento das cerimônias e ritos funerários ou do culto dos antepassados, como consta na obra que comentamos nesta resenha. □

Marineide do Lago Salvador dos Santos

Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio

Por Luiz Antonio Rodrigues da Cunha. Eldorado, 1973. (Coleção Reta.)



A maior parte dos técnicos em planejamento educacional no Brasil cerrou fileiras, a partir de uns 10 ou 15 anos atrás, em torno de uma proposição: o ensino médio tradicional é muito pouco eficaz, posto que não profissionaliza, e deve ser substituído por uma formação prática, de caráter técnico, encerrando em si a terminalidade escolar, com duas vantagens para o sistema universitário e para o mercado de trabalho: evitar a pressão crescente de candidatos à universidade e as frustrações que a acompanham e sobretudo abastecer de técnicos o parque produtivo.

O autor mostra que, em verdade, esta posição se estribava em um pressuposto perigoso, ou seja, a suposição de uma enorme escassez de mão-de-obra técnica não confirmada por levantamentos fidedignos e abrangentes — o que lhe permite le-

vantar uma dúvida legítima: ainda que se possa falar de escassez de técnicos industriais com base na magnitude da taxa privada de retorno do investimento em educação técnica, isso não diz qual a quantidade de técnicos industriais ainda empregáveis aos níveis salariais atuais (p. 148). Em linguagem mais corrente ele pergunta com procedência se um pequeno acréscimo no contingente de técnicos industriais não é capaz de fazer — por força da lei da oferta e da procura — descer o seu nível salarial abaixo da média de remuneração das demais ocupações preenchidas por egressos de cursos de nível médio não técnico. Em caso positivo, fica questionada a eficácia e a oportunidade da conversão de todo o ensino de nível médio a um objetivo de formação profissional.

Como o autor parece endossar este ponto de vista, baseando-se não em cálculos próprios de necessidades de mão-de-obra técnica, mas na sintomática ausência de uma pressão concreta dos empresários sobre o sistema educacional, expressa na inexistência de estimativas sérias da real carência de técnicos, somos levados a constatar a discrepância crescente entre o que ele chama função manifesta (formação de mão-de-obra) e latente (contenção de aspirações de ascensão social, pelo desvio ao mercado de trabalho de jovens aspirantes à universidade) do novo ensino médio, tal como reestruturado pela Lei n.º 5 692/71 — Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1.º e 2.º graus.

O objetivo do trabalho é mostrar que nesta discrepância está o caráter ideológico (encobri-

mento dos reais objetivos da política educacional), uma vez que: a) a função manifesta de formação de mão-de-obra não é o objetivo fundamental da reversão do sistema educacional do tradicional ao técnico, mas sim, b) o alvo mais premente é evitar o perigo político da canalização a movimentos estudantis de contestação das aspirações ascensionais de uma ampla camada de jovens, que nem o sistema universitário pode comportar, nem a esfera produtiva pode admitir como recursos de nível superior, em seus respectivos ramos de especialização.

Como, segundo o autor, a aspiração ascensional está mais intimamente radicada na estrutura social vigente, ao passo que a necessidade de mão-de-obra é mais virtual que real, era de se esperar e realmente ocorreu que, na sua efetivação, o novo ensino técnico passasse cada vez mais a desempenhar a função propedêutica à universidade que sua "filosofia" negava. A prova disso estaria tanto na organização curricular baixada pela lei mencionada (que introduz homogeneidade na intensidade das cargas de cultura geral e técnica para todos os setores do ensino médio) quanto no fato constatado de que é elevada a proporção de egressos de cursos técnicos que se candidatam e matriculam-se na universidade (p. 109-10). Ora, como o novo ensino técnico ainda é inferior no preparo à universidade do que o restante do sistema de ensino médio e, como, por outro lado, a formação de mão-de-obra não acaba convertendo-se em empregos efetivos, Luiz Antonio é levado a uma crítica contundente: "...o uso do ensino técnico industrial

como paradigma do novo ensino médio profissional poderá ser um grande erro de planificação educacional". (p. 130.) Isto é, o novo sistema deprime sua eficiência propedêutica sem ganhar efetivamente na terminalidade almejada, donde (ainda segundo o autor) continua a ser elitista e com produtividade menor.

Duas observações nos sugere o trabalho em exame: a primeira, de ordem metodológica, consiste em questionar o uso da dicotomia função manifesta/função latente para caracterizar objetivos declarados e não declarados da política educacional sob exame. Ora, se o objetivo de conter aspirações "irrealizáveis" de ascensão social está presente em (pelo menos) algumas das citações de autoridades educacionais que o autor apresenta (ver p. 111, por exemplo), ela não pode ser considerada latente; segundo o paradigma da análise funcionalista de Merton, só é legítimo ao sociólogo falar de funções latentes para correspondências entre a instituição, processo, padrão cultural etc. e a estrutura social que, por fugirem à consciência dos agentes envolvidos no processo, podem ser reivindicadas pelo sociólogo como descoberta sua.

A segunda crítica, de ordem empírica, diz respeito à tentativa de provar que o novo sistema de ensino técnico esteja acentuando o caráter elitista (p. 110) da educação brasileira, com base na apresentação de estatísticas que revelam elevada proporção de técnicos de nível médio concorrendo ou freqüentando a universidade. Para que a tese seja sustentável, é preciso mostrar que os egressos do curso técnico não estejam trabalhando como

técnicos industriais enquanto cursam a faculdade, ou, mais genericamente, que sua formação escolar pré-universitária não os esteja auxiliando de qualquer forma a sobreviver na condição de universitários, com alguma vantagem sobre os que se formaram no ensino tradicional. Se isso estiver ocorrendo, e dado que a clientela do ensino técnico, principalmente o industrial, provém das assim chamadas camadas sociais de baixa renda, é de convir que a nova política educacional se constitua de abertura e não de restrição de oportunidades.

Excetuadas as observações, é de se ressaltar ser a obra uma séria e bem organizada exploração da constituição, evolução e transformações do ensino técnico no Brasil. □

José Carlos Garcia Durand

Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914

Por Richard Graham. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.

Cinco anos depois de publicado em inglês, finalmente aparece em português o importante trabalho de Graham.

O livro é uma continuação da obra de Alan K. Manchester, **British preeminence in Brazil**, que examina as relações entre Inglaterra e Brasil na primeira metade do século XIX.

O trabalho de Graham contém uma tentativa de interpretação do papel desempenhado pela Inglaterra nas transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir de 1850. Segundo Graham, a Inglaterra foi a grande responsável pela promoção dos primeiros passos brasileiros para uma sociedade moderna.

A tese desenvolvida por Graham inspirou-se, evidentemente, nas teorias da modernização em voga nos Estados Unidos, na década de 1960. Nesse sentido, logicamente ela é equivocada. Entretanto nem por isso o livro perde

a sua importância, pois contém informações preciosíssimas para qualquer estudioso do período.

O equívoco de Graham está na suposição de que a ideologia liberal inglesa tenha orientado as ações daquela nação de forma a promover a modernização socioeconômica do Brasil quando é evidente que a orientação das ações inglesas dependiam fundamentalmente do estágio de desenvolvimento capitalista naquela sociedade.

Graham argumenta, por exemplo, que o investimento em ferrovias, especialmente na região cafeeira, tinha uma intenção modernizante além de servir de instrumento eficiente para o desenvolvimento da economia agroexportadora. Entretanto, torna-se difícil perceber a existência dessa intenção, quando se sabe que os ingleses não expandiram a Santos—Jundiaí até Campinas porque sabiam que os lucros maiores advinham do controle do tronco ferroviário que ligava São Paulo a Santos. Em outras palavras, a construção da Santos—Jundiaí ou da São Paulo Railway Co. Ltd. foi feita tendo em vista somente um cálculo de lucro e não intenções modernizantes, pois, do contrário, os ingleses teriam ampliado a sua linha até Campinas. Não o fizeram exclusivamente porque os lucros seriam menores e eles já possuíam o controle do transporte do café entre São Paulo e Santos o que, do ponto de vista econômico, era realmente o espaço estratégico.

Graham supõe também que a política inglesa em relação à escravidão brasileira tenha sido determinada em grande parte pela ideologia liberal então reinante naquele país. Se isso fosse verdade, seria de se esperar que a política inglesa em relação a qualquer regime escravocrata